Ata da reunião ordinária nº 1593 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 05 de novembro de 2025.

No dia cinco de novembro, do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência do Reitor em exercício, Prof. Dr. Airton José Petris, com a presença dos seguintes Conselheiros: Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Miguel Belinati Piccirillo, Andréa Name Colado Simão, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Edmilson Lenardão, Patrícia Mendes Pereira, Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, José Fernando Mangili Junior, Orlando Mendes Fogaça Junior, Rafael Eduardo Domingues Molinari, Aurélio Pereira, Azenil Staviski, Zilda Andrade, José Luiz Alduan, Ana Marcia Tucci de Carvalho e Sérgio Carlos de Carvalho. Ausências justificadas: Reitora Profª Dra. Marta Regina Gimenez Favaro, Laura Taddei Brandini, Renata Schlumberger Schevisdbiski, João Antonio Cyrino Zequi, e Silvia Meletti. Convidados: Luiz Claudio Buzeti, Angela Maria Sousa Lima, Valdete Mrtvi, Alécio Fontes, Marina Bezerra de Menezes, Wellington Cardador e Alberto Duran Gonzalez. **I. ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação da ata 1590 de 14 de outubro de 2025**. Prof. Airton informou que esta ata foi retirada de pauta na reunião passada, para ajustes. Colocada em regime de votação, a ata foi aprovada por unanimidade. **2) Processo 24.543.884-2 - AINTEC - deliberar acerca do Acordo de Cooperação Técnico-Científico e Inovação Tecnológica, que entre si celebram a UEL e a B. NANO Soluções Tecnológicas Ltda (Relatores: Prof. Edson Miura e Marina Bezerra Menezes**). Marina informou que o presente processo trata da cooperação técnico-científica e de inovação tecnológica entre a Universidade Estadual de Londrina – UEL e a B. Nano Soluções Tecnológicas Ltda., visando a execução conjunta de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) vinculadas ao projeto Nanogrow, no âmbito do edital da FAPESP – PIPE II. O Acordo não envolve transferência de recursos da UEL, sendo os recursos provenientes da FAPESP. A B. NANO participou do edital, e o processo está quase finalizado, faltando apenas as minutas de acordo de cooperação a serem assinadas entre a UEL, outras universidades e a FAPESP. A proposta foi apresentada pelo Professor Halley Oliveira, do Laboratório de Ecofisiologia Digital. A B. NANO é uma empresa de base tecnológica situada em São Miguel e já possui outros acordos de cooperação com a UEL. O objetivo do projeto é gerar soluções tecnológicas sustentáveis e potencialmente resultar em uma

patente. O acordo tem vigência de 24 meses. A UEL terá 5% da propriedade intelectual, pois sua contribuição é menor. O Professor Halley realizará a validação tecnológica. Colocado em regime de votação, o Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Inovação Tecnológica foi aprovado por unanimidade. **3) Processo 24.723.895-6 - PRORH - deliberar acerca do pedido de alteração de regime de trabalho de docente lotado no Departamento de Direito Público, do Centro de Estudos Sociais Aplicados, passando de 40h para TIDE. (Relator: Prof. Dr. Leandro Altimari). Relatou o Processo o Pró-Reitor em exercício, José Luiz Alduan. Ele informou tratar-se de** pedido de alteração de regime de trabalho do Professor Renato Lima Barbosa, do Departamento de Direito Público, passando do regime de 40 horas (sem dedicação exclusiva) para o regime de Tempo Integral com Dedicação Exclusiva (TIDE). O rito seguiu a Resolução 017/2025 do CA, sendo aprovado pelo Conselho de Departamento e pelo Conselho de Centro. Informou que a UEL tem 870 cargos ocupados no regime TIDE. Restam 151 cargos desocupados, baseados no limite de 70% estabelecido na Lei Geral das Universidades (LGU). Desses 151 cargos desocupados, 102 estão reservados para concurso, 4 para remoção e 34 seriam vagas para o próximo concurso público, restando 11 cargos disponíveis para passar para regime de TIDE. Prof. Miguel Piccirillo informou que o Professor Renato é docente de seu departamento, com atuação muito significativa na Universidade, especialmente no Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos, na área de Direito do Trabalho. Ele também preside a comissão de extensão do departamento. Prof. Alan Felinto levantou uma questão sobre o limite de 70% de TIDE, citando um Acórdão judicial contra a LGU que considerou esse limite inconstitucional devido à autonomia universitária. Ele questionou se a UEL poderia, teoricamente, conceder 100% de TIDE. Ele notou que a única consequência é o limite de TIDE para concurso público e que a mudança aumentará o custo da UEL. José Luiz esclareceu que a informação sobre o Acórdão procede, mas houve um recurso e a questão está em análise. Por orientação jurídica, a UEL deve manter o controle de 70% enquanto o recurso estiver em processo. Prof. Sérgio Carvalho esclareceu que a passagem para TIDE exige qualificação do conselho superior porque o TIDE é de interesse da universidade. Não é apenas um direito trabalhista, mas um regime para desenvolver pesquisa, ensino e extensão com dedicação exclusiva. Ele mencionou o dilema orçamentário histórico da UEL, onde o Conselho de Administração demonstrou coragem ao bancar regimes TIDE, mesmo sem dotação orçamentária imediata, dependendo de suplementação

estadual. Colocado em regime de votação, o pedido de alteração de regime de trabalho do prof. Renato Lima Barbosa, foi aprovado por unanimidade. **4) Processo 24.904.922-0 - PROPLAN - deliberar acerca do Orçamento Sintético da Universidade Estadual de Londrina para o exercício de 2026 (Relator: Prof. Dr. Sérgio Carvalho).** Prof. Sérgio Carvalho introduziu o item, explicando que o orçamento sintético foi construído a partir dos tetos orçamentários repassados pela Secretaria de Fazenda e que o Diretor de Orçamento, Alécio Fontes, faria a descrição do estudo. Alécio iniciou cumprimentando os presentes e mencionando que a proposta orçamentária de 2026 está inserida dentro do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e segue as leis orçamentárias (LDO, PLOA). Ele informou que a diretoria concluiu os trabalhos da proposta orçamentária de 2026, com base nas receitas já arrecadadas e nas despesas previstas. Alécio detalhou que a previsão total de receita para 2026 é de R$.1.337.595.767,00, sendo composto por: R$ 956.429.367,00 de recurso do Tesouro – pessoal; R$ 272.540.323,00de ODC (Outras Despesas de Custeio) do Tesouro; R$ 92.405.037,00 de receitas diretamente arrecadadas; R$ 16.221.040,00 de transferências correntes provenientes de convênios. Ele ressaltou que esses valores de receita corrente incluem tanto a UEL quanto o Hospital Universitário (HU). Em relação às receitas de capital (R$8.197.908,00), o montante inclui: Recursos do Tesouro - R$4.901.573,00; R$ 532.714,00 de receitas próprios diretamente arrecadadas; R$ 2.763.621,00 de transferências de capital – convênios. Alécio informou que a despesa foi fixada no mesmo montante da receita, totalizando R$ 1.345.793.675,00. As despesas correntes somam R$ 1.328.864,00, distribuídas da seguinte forma: Pessoal e Encargos Sociais - Tesouro: R$ 956. 429.367,00; ODC do Tesouro: R$ 272. 540.323,00; Recursos próprios (diretamente arrecadados): R$ 83.674.134,00; ODC - Convênios: R$ 16.221.040,00. As despesas de capital incluem: R$ 4.901.573,00 investimentos do Tesouro; R$ 9.263.617,00 investimentos próprios; R$ 2.763.621,00 investimentos convênios. Alécio citou as considerações sobre o Projeto de Lei nº 843/2025 Proposta Orçamentária para as IEES/PR - Exercício 2026 A proposta orçamentária para 2026 das IEES/PR, mais FUNDO-PR e HUs, que está em trâmite na Assembleia Legislativa (Projeto de Lei nº 843/2025), totaliza o valor de R$ 5.787.553.831,00. A Lei Orçamentária Anual de 2025 (Lei nº 22.267/2024) aprovou um Orçamento de R$ 5.189.238.431,00, portanto um crescimento proposto de 11,5%. A Universidade Estadual de Londrina continua sendo a Instituição com o maior valor atribuído, R$ 1.345.793.675, se incluída a Ação

Orçamentária referente ao Hospital Universitário na SESA/Funsaúde. Para o exercício 2025 o orçamento aprovado para a UEL foi de R$1.244.943.444,00, com um crescimento de 8,1%. A Ações Orçamentárias referentes aos Hospitais Universitários na SESA/Funsaúde, para aquelas Universidades que contam com o HU na sua estrutura, tem um peso significativo na composição do valor do orçamento da instituição, para o próximo exercício sua participação está prevista na seguinte forma: UEL 37,2%, UEPG 27,0%, UEM 22,9% e UNIOESTE 37,9%. Em todas as instituições, os valores sofreram acréscimo em comparação à proposta de 2025, em proporções diferentes. Com relação à distribuição por fontes de recursos, os repasses do Tesouro Estadual continuam configurando a principal origem de financiamento das Instituições Estaduais de Ensino Superior, em especial, por responderem pelas despesas de pessoal e encargos, que compõem a parcela mais significativa dos orçamentos. No conjunto das IEES, os recursos do Tesouro representam 92,5% do total orçamentário, enquanto as demais fontes somam apenas 7,5%. Nas universidades com hospitais universitários, observa-se que a UEL apresenta participação de 91,7% de recursos do Tesouro, a UEPG 90,1%, a UEM e a UNIOESTE com 90,7%, apresentam percentuais ligeiramente inferiores à média geral, situando-se ainda nesse mesmo grupo a UNICENTRO com a proporção de 91,9%. Na UNESPAR com 98,0% e na UENP com 95,0% a dependência do Tesouro situa-se acima da média. O quadro comparativo da variação nas previsões de liberação de recursos do Tesouro, no período de 2021 a 2026, excluída a participação do Fundo Paraná, evidencia que a UEL apresentou crescimento de 64,1%, tendo o conjunto das Universidades apresentado o crescimento médio de 88,5%. A considerar a participão das ações referentes aos hospitais universitários, a UEL apresenta um crescimento de 69,1%, frente a uma média apurada de 98,6%. Em síntese, a proposta orçamentária para 2026 evidencia tanto o crescimento geral dos recursos destinados às IEES/PR quanto a forte dependência do Tesouro Estadual como principal fonte de financiamento. As universidades que possuem hospitais universitários em sua estrutura demonstram a importância desses hospitais na composição orçamentária ao longo do período avaliado. Apesar da redução relativa na participação da UEL na distribuição do conjunto dos recursos ao longo dos últimos anos, a instituição segue ocupando posição de destaque no conjunto das IEES, reafirmando sua relevância no sistema estadual de ensino superior. Comparativo com outras IES e Incremento Orçamentário: Alécio destacou que o orçamento total para todas as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IES) e o Fundo

Paraná é de R$ 5.787 milhões. Comparando com 2025, houve um incremento de 11,5% na proposta orçamentária para 2026. A UEL continua sendo a instituição com o maior valor atribuído. Ele apresentou a participação da UEL no orçamento total, sendo: 62,8% para o Ensino e 37% para o HU. Ao comparar 2025 com 2026, considerando o HU e a saúde, houve um aumento de 8,1%. Fontes do Tesouro e ODC: Alécio comparou as fontes somente do Tesouro entre 2025 e 2026, notando um pequeno acréscimo de 1,5% na folha. No ODC, o aumento foi de 25,3%. Ele explicou que grande parte desse aumento se deve à despesa de auxílio alimentação, que passou de R 26 a 27 milhões. Ao discutir o histórico do ODC (2021 a 2026), Alécio explicou que o valor começa baixo (R$ 5 milhões), mas tem incrementos significativos ao longo do tempo, pois o Estado inicialmente não atribuía o valor da necessidade total da universidade, dependendo de suplementação posterior. Ele também esclareceu que, ao contrário de 2024 (quando apenas o valor da LGU foi repassado inicialmente), o orçamento de 2026 inclui a LGU e despesas não-LGU, como *auxílio alimentação* e bolsas residentes e indígenas. Prof. Alan Felinto questionou a diferença entre o orçamento total de R$ 1.233 milhões na tabela, entendendo que a diferença de R$23 milhões poderia estar relacionada a recursos não-Tesouro. Ele questionou a distribuição dos R$ 83.674.000,00 de recursos próprios para despesas correntes e perguntou se esta distribuição seria feita com base na Resolução 90 (que rege a divisão de porcentagens). Alan destacou que o orçamento sintético é aprovado pelo Conselho Universitário, mas a distribuição orçamentária para as ODC é aprovada no Conselho de Administração (CA), e a cada trimestre, deve ser aprovada conforme a resolução vigente. Ele sugeriu que seria interessante anexar um orçamento mais detalhado, já que a simulação já foi feita. Profª Eloisa Rodrigues expressou a necessidade de compreender melhor como se dão os gastos ao longo do ano para saber se existe margem para fazer alguma aplicação diferente, como investimentos nos centros. Seria importante ter uma tabela sintética com a evolução trimestral dos gastos (execução) de uma sequência de dois ou três anos anteriores, para que o Conselho possa fazer essa observação e análise, especialmente porque o material foi recebido sem tempo hábil para consultar o Portal da Transparência. Ela levantou a possibilidade de que recursos previstos estejam sobrando anualmente e poderiam ser investidos em reformas e justificou citando que já fez pedidos de investimentos de reforma em laboratórios no CTU, que não foram atendidos sob a justificativa de falta de recurso, enquanto novas despesas foram aprovadas posteriormente. Ela afirmou não se sentir confortável em aprovar o orçamento hoje sem

analisar com mais detalhes e questionou o prazo final para que o orçamento seja aprovado (CA e Conselho Universitário). Aurélio Pereira declarou que esta é a terceira vez consecutiva que o Conselho solicita um descritivo das despesas além da proposta sintética, para que se possa fazer a análise e lamentou que as pró-reitorias não cumpram o que é solicitado, mesmo constando em ata do ano anterior. Alécio confirmou que a execução orçamentária está disponível no Portal da Transparência e a resolução fala sobre a necessidade de acompanhar a situação a cada três meses. Ele explicou que o que é apresentado é o orçamento sintético. O orçamento analítico teria que destrinchar centenas de subitens de despesa, como a despesa 30 (material de consumo), que tem 50 subitens (combustíveis, material químico etc.). Ele se colocou à disposição para marcar reuniões trimestrais para apresentar o orçamento analítico e acompanhar a execução. Alertou que a previsão orçamentária é feita para o ano para evitar imprevistos. Em relação ao histórico de anos anteriores (solicitado pela profª Eloísa), ele mencionou que, devido à troca do sistema, talvez fosse difícil obter dados detalhados antes de 2024. Prof. Sergio Carvalho explicou que a aprovação do CA não valida o orçamento (que é aprovado pela Assembleia Legislativa), mas é essencial para que a Reitora (ou Reitor) possa fazer remanejamentos internos e pedidos de suplementação orçamentária para o Hospital Universitário (HU). Enfatizou que a não aprovação implicará na impossibilidade de pedir qualquer suplementação orçamentária a partir de 1º de janeiro, e o HU também fica sem esse acesso à autorização. Reiterou que o orçamento da universidade existirá independentemente da aprovação do CA, pois é a Assembleia Legislativa que aprova. O Reitor em exercício, prof. Airton Petris buscou fechar a questão do prazo e encaminhamento. Ele concordou que a aprovação é necessária para que os autorizadores de despesa possam realizar remanejamentos internos e que a aprovação precisa ocorrer neste ano, idealmente até o último dia possível antes do novo exercício, via Conselho Universitário. Considerando as preocupações com o detalhamento, ele propôs que o item fosse retirado de pauta e que a PROPLAN trouxesse os dados detalhados na próxima reunião. Profª Andréa Name apoiou o encaminhamento sugerido e pediu para que fosse acrescentada a comparação entre o que foi projetado no orçamento sintético aprovado pelo CA (ex: final de 2023) e o que foi efetivamente executado em 2024. Ela ressaltou a importância de resgatar as práticas de prestação de contas periódicas, que estão em resolução e ajudam o Conselho a pensar de forma mais estratégica e cumprir seu papel de tomada de decisão, sentindo-se mais seguros

com as explicações técnicas. Solicitou que os relatórios apresentados ao governo do Estado nos últimos anos (e não apenas a aprovação final das contas) fossem disponibilizados no Portal da Transparência, pois foram retirados. Não havendo mais manifestações e mediante a solicitação de mais detalhes de execução trimestral (analítico), foi acordado que o item seria retirado de pauta para que a PROPLAN pudesse providenciar os dados detalhados (projeção e execução, de pelo menos 3 anos anteriores) para análise do Conselho em uma próxima reunião, garantindo que a aprovação ocorra antes do final do ano. **5) Processo 23.971.350-5 - GR - deliberar acerca da minuta de Resolução que estabelece a Política Institucional de Acompanhamento de Egressos da Universidade Estadual de Londrina (Relatoras: Profª Dra. Valdete de Oliveira Mrtvi e Profª Dra. Marta Favaro**). O processo foi retirado de pauta para tramitar primeiramente no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. **6) Processo 20.003.546-1 - GR - continuidade da discussão acerca da revisão das Resoluções 180 e 163/2009 (Relatora: Profª Dra. Marta Favaro**). Prof. Airton informou que a profª Laura Brandini está na UEPG participando da avaliação do Encontro Anual de Iniciação Científica e a Profª Renata Schevisdbiski, está em consulta médica previamente agendada. Dessa forma, a Direção do CLCH solicita a retirada do Processo de pauta, considerando que têm vários questionamentos e precisam estar presentes na reunião para apresentação das propostas. O Processo foi retirado de pauta. **II. INFORMES**. 1) Prof. Edmilson Lenardão pediu esclarecimentos sobre as restrições para serviços de marcenaria (construção de armários/móveis) nos centros. O Prefeito Luiz Claudio Buzeti respondeu que a marcenaria da UEL foi totalmente mobilizada para a implantação do curso de Ciência de Dados, resultando em um grande acúmulo de solicitações de serviços. A administração optou por priorizar os serviços de pequena ordem, deixando os serviços de maior porte (confecção de móveis) em segundo plano. Informou que está em fase final a elaboração de um edital para contratação de confecção de móveis para solucionar o problema. 2) Profª Ana Marcia Carvalho informou que as pró-reitorias acadêmicas estarão envolvidas na próxima semana, no Encontro Integrado (EAIC, Por Extenso e Pró-Ensino). Agradeceu ao CESA pela cessão do espaço e convidou a todos para prestigiarem o evento. 3) Profª Patrícia Mendes Pereira questionou a previsão para a liberação da entrada próxima à Sala dos Conselhos, devido à obra que está sendo realizada. O Prefeito Luiz Claudio Buzeti relatou que a obra está causando transtornos, e a empresa está cogitando desistir devido à dificuldade de terminar. A Prefeitura do Campus está cobrando a Prefeitura Municipal devido ao uso do local como pátio de máquinas e o risco de acidentes na contramão. Também foi enviado um ofício cobrando uma solução para o acesso de pedestres no viaduto. 4) Profª Andréa Name informou sobre uma "denúncia" que havia

recebido recentemente sobre a falta de manutenção de rotina no Centro de Ciências da Saúde (CCS). Mencionou ter respondido à denúncia com as solicitações de serviço que estavam paradas. Destacou também a situação de equipamentos de ar-condicionado que estão parados nas salas, com servidores e chefes de departamento questionando sobre a instalação. Lembrou ao Prefeito sobre o pregão de instalação de ar-condicionado que ele havia prometido que seria resolvido até o final do mês. A professora Andréa relatou, ainda, que a manutenção do elevador do Prédio 1 (o elevador antigo, que ficou meses parado) só foi resolvida na semana em que houve a denúncia. O Prefeito Luiz Claudio Buzeti explicou as dificuldades que a Prefeitura do Campus (PCU) tem enfrentado com o serviço de manutenção terceirizada. Quando o problema exige apenas o serviço (sem peças), o contrato de manutenção pode ser executado rapidamente. No entanto, quando o serviço envolve peças, a empresa terceirizada envia um orçamento. Embora o contrato exija que a empresa pratique preços de mercado, a PCU frequentemente verifica que o preço orçado está muito acima do valor praticado. Essa discrepância de valores leva a uma discussão e à necessidade de a PCU enviar orçamentos que encontrou, o que causa demoras. Além disso, dependendo da idade do ar-condicionado, a empresa pode ter dificuldade em achar a peça, o que também atrasa o serviço. Buzeti colocou-se à disposição para analisar as solicitações de serviço pendentes da professora, prometendo responder a cada uma delas. Sobre a Instalação de Ar-Condicionado (Pregão) Buzeti confirmou que a necessidade de instalação de ar-condicionado é urgente e atinge todos os centros, não apenas o CCS. Ele informou que a PCU tem o "maior interesse" na resolução, pois já fizeram várias reuniões internas. A informação que ele tinha era de que a parte burocrática seria resolvida e o problema seria solucionado em novembro. Contudo, ele confirmou que, ao verificar, a situação ainda não havia sido resolvida/publicada. Em relação à manutenção de elevadores, Buzeti confirmou que a situação foi resolvida. Ele explicou que o elevador do Prédio 1 não estava inicialmente relacionado no contrato de manutenção, mas a PCU conseguiu fazer um aditivo para incluí-lo, de modo que ele passou a ser "coberto pelo contrato". 5) Profª Zilda Andrade informou: 5.1) JOSUEPAR - agradeceu ao Conselho de Administração e forneceu um retorno sobre o resultado do JOSUEPAR. Informou que não há mais a classificação geral entre as universidades, devido a confusões anteriores envolvendo os jogos. Agora, as universidades recebem apenas placas com as classificações específicas. A participação geral da UEL foi de destaque, especialmente o grupo feminino, que era menor, mas competiu em tudo o que podia, alcançando representatividade. Detalhou as seguintes classificações por modalidade: Dominó: Terceiro lugar; Vôlei Masculino: Primeiro lugar; Bolão Feminino: Segundo lugar; Truco: Primeiro e terceiro lugares;

Xadrez: Segundo lugar; Polo Masculino: Segundo lugar; Boliche Feminino: Terceiro lugar; Canastra: Segundo lugar; Sinuca: Primeiro lugar; Boliche Masculino: Terceiro lugar; Suíço 50+ (para quem recebeu essa classificação): Primeiro e segundo lugares (devido a uma regra que desclassificou uma das equipes). A UEL também conquistou medalhas na natação e no atletismo. Contudo, não houve classificação para receber a placa para atletismo e natação, pois o cômputo geral é feito pela quantidade de medalhas. 5.2. Participação em Eventos Externos (Iguaçu Inova) – A UEL participou do Festival Iguaçu Inova. A participação incluiu 11 projetos contemplados pelo ParanaTec. 5.3). Edital do Programa Sustentabilidade Territorial (IBook ParanaTec - Edital n.º 002): A promessa de lançamento do Edital número dois do programa "Sustentabilidade Territorial" durante o Iguaçu Inova não se concretizou, tendo sido lançado na sexta-feira. Uma reunião foi agendada para o dia 06 de novembro, para esclarecimentos de alguns itens do edital. As bolsas terão duração de 9 meses (não 12 meses), com funcionamento do projeto de fevereiro a outubro de 2026, mas a seleção ocorrerá agora. O novo edital apresenta exigências adicionais que não foram solicitadas no edital anterior, o que dificultará o cumprimento da proposta até a data limite (dia 16). O objetivo da reunião com o IT é esclarecer que a UEL não pode cumprir alguns desses pontos exigidos. 5.4. Eventos Integrados e Cultura: Nos Eventos Integrados de 2025, será lançada a primeira Feira de Arte e Cultura, com diversas ações programadas ao longo da semana. Houve inscrições e projetos foram selecionados, abrangendo música, poesia e exposições nos diversos espaços da UEL e nos próprios locais dos Eventos Integrados. 5.5. O Encontro de Integração de Programas e Projetos da UEL, ocorre como parte dos Eventos Acadêmicos Integrados da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que estão programados para acontecer entre os dias 10 e 14 de novembro de 2025. As inscrições para o evento se encerraram na segunda-feira anterior. O evento, denominado UEL Sociedade, acontecerá no dia 22 de novembro, das 8h às 14h, com a participação de diversos projetos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Airton José Petris _____
Vice-Reitor

Alex Eduardo Gallo _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Miguel Belinati Piccirillo _____
Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Andréa Name Colado Simão _____
Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice- Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Edmilson Lenardão _____
Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Patrícia Mendes Pereira _____
Vice-Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues _____
Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

José Fernando Mangili Junior _____
Vice- Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Orlando Mendes Fogaça Júnior _____
Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

Rafael Eduardo Domingues Molinari _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Aurélio Pereira _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Zilda Andrade _____
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade

Sérgio Carlos de Carvalho _____
Pró-Reitor de Planejamento

Azenil Staviski _____
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Ana Marcia Tucci Carvalho _____
Pró-Reitora de Graduação

José Luiz Alduan _____
Pró-Reitor de Recursos Humanos em exercício